



Comunicado de Imprensa 32/2025

## **ENCERRADA A 2ª EDIÇÃO DO CURSO INTERNACIONAL “CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA SUA IMPLEMENTAÇÃO”**

*San José, Costa Rica, 14 de maio de 2025.* No dia 9 de maio foi encerrada a 2ª edição do Curso Internacional “Cumprimento de Sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos e Políticas Públicas para sua Implementação”. Esta segunda edição, iniciada em março de 2025, foi organizada pela Corte Interamericana de Direitos Humanos e pelo Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do MERCOSUL (IPPDH), no âmbito de um convênio assinado entre ambas as instituições.

A semana presencial correspondente à segunda edição do curso foi realizada em Assunção, Paraguai, de 5 a 9 de maio, com o apoio do Ministério da Justiça e da Procuradoria-Geral da República do Paraguai.

O curso teve duração de 9 semanas e contou com a participação de 90 pessoas, selecionadas entre mais de 1.200 candidaturas recebidas.

### **Sobre o Curso Internacional**

O objetivo do curso é capacitar sobre as diferentes formas de reparação ordenadas pela Corte IDH em suas sentenças, o procedimento e os mecanismos utilizados para supervisionar seu cumprimento e a influência do desenho e da implementação de políticas públicas com uma abordagem de direitos humanos por parte dos Estados na implementação das reparações. Além disso, busca facilitar o intercâmbio de experiências sobre boas práticas, desafios e soluções de problemas encontrados na implementação das reparações ordenadas nas Sentenças. Ademais, pretende formar participantes na gestão de políticas públicas sob uma perspectiva de direitos humanos, tudo isso em um espaço de discussão e reflexão.

O curso foi realizado entre 12 de março e 9 de maio de 2025, combinando formação teórica e prática, por meio de conferências virtuais síncronas e uma semana obrigatória presencial em Assunção, Paraguai. A abertura do curso contou com a participação da Presidenta da Corte IDH, Juíza Nancy Hernández, e da Diretora Executiva do IPPDH, Andressa Caldas. Também estiveram presentes Rodrigo Nicora Villamayor, Ministro da Justiça do Paraguai, e Marco Aurelio González, Procurador-Geral da República do Paraguai. O painel inaugural foi ministrado por Claudia Martin, Co-Diretora da Academia de Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário da American University Washington College of Law, e Marco Romero Silva, Diretor da Consultoria para os Direitos Humanos e o Deslocamento (CODHES).

A formação foi conduzida pela Diretora e por advogadas da Unidade de Supervisão de Cumprimento de Sentenças, por advogados da Secretaria da Corte IDH e por integrantes da equipe do IPPDH. Também participaram como professores alguns especialistas nos temas diversos temas desenvolvidos no curso.

Mais informação sobre o conteúdo do curso se encontra disponível [aqui](#).

As seguintes pessoas também participaram na organização do curso, do conteúdo e no desenvolvimento das aulas virtuais e da semana presencial: Ana Lucía Aguirre, Diretora de Supervisão de Cumprimento de Sentenças da Corte IDH; Agustina Cichero, Advogada da Unidade de Supervisão da Corte; Patricia Gainza, Diretora de Pesquisa do IPPDH; e Haydeé Closs, Responsável pela Escola Internacional do IPPDH.



### **Sobre a semana presencial do Curso Internacional**

Entre 5 e 9 de maio de 2025, realizou-se a semana presencial obrigatória do curso em Assunção, graças ao apoio do Ministério da Justiça e da Procuradoria-Geral do Paraguai. As atividades foram realizadas no Instituto do Banco Central do Paraguai.

Participaram da semana presencial 77 pessoas de 17 países da região. O grupo incluiu agentes estatais envolvidos na representação legal dos Estados Parte em processos contenciosos e/ou de supervisão de cumprimento de sentenças perante a Corte IDH; funcionários e funcionárias responsáveis pela implementação ou execução de medidas de reparação ordenadas pela Corte IDH; funcionários e funcionárias responsáveis pela conceptualização, direção, execução e avaliação das reparações ordenadas pela Corte IDH que possam ter impacto em políticas públicas; funcionários e funcionárias de instituições nacionais de direitos humanos dos Estados Parte que incidem no cumprimento de reparações ordenadas pela Corte IDH no âmbito interno; representantes de vítimas em processos perante o Sistema Interamericano; defensores e defensoras interamericanas, e pessoas da sociedade civil e da academia.

A cerimônia de abertura da semana presencial foi realizada em um ato aberto ao público e conduzido pela Presidenta da Corte IDH, Juíza Nancy Hernández López; a Diretora Executiva do IPPDH, Andressa Caldas; o Ministro da Justiça do Paraguai, Rodrigo Nicora Villamayor; e o Procurador-Geral, Marco Aurelio González. Todos dirigiram palavras de boas-vindas aos participantes. Também esteve presente o Juiz da Corte IDH, Diego Moreno Rodríguez.

Após a abertura, a Juíza Nancy Hernández López ministrou a conferência inaugural, compartilhando sua visão sobre o impacto das decisões da Corte como atual Presidenta da Corte IDH e ex-Magistrada da Sala Constitucional da Costa Rica.

Durante essa semana, os e as participantes do curso compartilharam aulas temáticas e oficinas. A Presidenta da Corte IDH e o Juiz Diego Moreno ministraram aulas, respectivamente, sobre os "Desafios do Sistema Interamericano de Direitos Humanos" e "A justiciabilidade dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais (DESCA) na jurisprudência da Corte IDH". Além disso, foram abordados, entre outros, os seguintes temas: "Políticas públicas sobre locais de memória para garantir os direitos humanos", "Diferentes modalidades de participação social nas políticas públicas", "Avaliação de políticas públicas e indicadores de direitos humanos" e "Elaboração de protocolos de investigação conforme a jurisprudência da Corte IDH". Essas aulas e oficinas foram ministradas, respectivamente, por Andressa Caldas, Diretora Executiva do IPPDH; Patricia Gainza, Diretora do Departamento de

Pesquisa do IPPDH; María José Méndez, Presidenta do Grupo de Trabalho do Protocolo de San Salvador (OEA); e Agostina Cichero, Advogada da Unidade de Supervisão do Cumprimento de Sentenças da Corte IDH.

A semana presencial também contou com uma visita ao Museu da Justiça do Poder Judiciário do Paraguai, que exibe um percurso histórico da Justiça no país e guarda os chamados “Arquivos do Terror”, descobertos há 32 anos pelo Dr. Martín Almada e pelo Juiz José Agustín Hernández. Esses arquivos são documentos oficiais da repressão policial e militar durante a ditadura de Alfredo Stroessner no Paraguai e também contêm evidências das atividades do “Plano Condor” – coordenação entre as ditaduras do Cone Sul que incluiu operações de inteligência, bem como perseguição, desaparecimento, tortura e extermínio de pessoas consideradas “inimigas”. Durante a visita, os e as participantes do Curso Internacional puderam conhecer os “Arquivos do Terror” e ouviram as reflexões do Juiz José Agustín Hernández e da senhora Rosa Palau, Diretora do Museu.

Também foi realizada a entrega de diplomas às pessoas da região que participaram da segunda edição desta capacitação.



### **Elaboração de trabalhos finais em grupo**

Como parte dos requisitos para aprovação do curso, os e as participantes elaboraram trabalhos finais em grupo, nos quais aplicaram os conhecimentos adquiridos durante a fase virtual do curso. Os e as participantes escolheram uma medida de reparação determinada pela Corte IDH em suas Sentenças e realizaram o exercício acadêmico de pesquisar se existe alguma política pública implementada para cumprir tal medida. Analisaram a inclusão da abordagem de direitos humanos no ciclo da política pública, identificaram ausências e propuseram melhorias alinhadas com princípios transversais de direitos humanos. Além disso, nos casos em que não identificaram nenhuma política pública dirigida a cumprir a medida de reparação selecionada, elaboraram propostas detalhando como a abordagem de direitos humanos poderia ser incorporada no ciclo dessa política.

Durante a semana presencial, os diferentes grupos apresentaram os resultados desses trabalhos finais aos demais participantes, e foram abertos espaços de reflexão e intercâmbio de experiências comparadas em relação às propostas apresentadas. Isso promoveu um diálogo enriquecedor entre os e as funcionárias estatais, representantes de vítimas, membros da sociedade civil e da academia, assim como de outras instituições que participaram do Curso.



O presente comunicado foi redigido pela Secretaria da Corte Interamericana de Direitos Humanos, sendo de responsabilidade exclusiva da mesma.

Para mais informações, favor dirigir-se ao site da Corte Interamericana [www.corteidh.or.cr](http://www.corteidh.or.cr) ou enviar um e-mail para Pablo Saavedra Alessandri, Secretário, a [corteidh@corteidh.or.cr](mailto:corteidh@corteidh.or.cr). Para o escritório de imprensa, contate Dannie Pinilla em [prensa@corteidh.or.cr](mailto:prensa@corteidh.or.cr).

Você pode se inscrever nos serviços de informação da Corte [aqui](#). Para deixar de receber informações da Corte IDH, envie um e-mail para [comunicaciones@corteidh.or.cr](mailto:comunicaciones@corteidh.or.cr). Também pode seguir as atividades da Corte nas seguintes redes sociais: [Facebook](#), [Twitter](#) (@CorteIDH para a conta em espanhol, IACourTHR para a conta em inglês e @CorteDirHumanos para a conta em português), [Instagram](#), [Flickr](#), [Vimeo](#), [YouTube](#), [LinkedIn](#) e [SoundCloud](#).